

Galvêas conclui Carta com FMI

País chega em dezembro com inflação de 195% e cresce 1% no PIB

ARNOLFO CARVALHO
Enviado especial

Washington — O ministro da Fazenda, Ernane Galvêas, concluiu ontem as negociações com o Fundo Monetário Internacional para a assinatura da carta de intenções com as novas metas para o restante do ano, considerando agora uma projeção de 1985 por cento de inflação para 1984 e crescimento real de um por cento no Produto Interno Bruto (PIB), faltando apenas formalizar o documento. "Só falta mesmo datilografar a carta" — comentou Galvêas, após as últimas reuniões que manteve com os técnicos da divisão do Atlântico do FMI.

As tentativas do presidente do Banco Central, Afonso Celso Pastore, para excluir do cálculo do déficit público as emissões de títulos destinados a baixar a expansão monetária para 95 por cento, não foram bem-sucedidas. O FMI preferiu rever as projeções do PIB em função da inflação

esperada, admitindo consequentemente um maior volume de financiamento para cobrir gastos do setor público até o final de dezembro. O ministro da Fazenda explicou que "não foi preciso" desconsiderar as emissões de títulos públicos, já que houve mudanças nas metas.

Com os novos acertos o Governo prometeu ao FMI não ultrapassar até o final deste ano o teto de Cr\$ 67,8 trilhões no déficit público nominal, contra os Cr\$ 62,2 trilhões combinados em agosto, durante a última visita da missão daquele organismo a Brasília. Mas como o PIB projetado para 1984 passou de Cr\$ 360 trilhões para Cr\$ 380 trilhões, em função do "ajuste inflacionário", o percentual do déficit público em relação ao produto caiu de 17,9 por cento para 17,8 por cento. Se não houvesse o reajuste na projeção do crescimento econômico o déficit chegaria em dezembro a 18,3 por cento do PIB, acima dos 17,9 por cento registrados no ano passado.

Foram revistas também as metas nominais do déficit público para o terceiro trimestre do ano, que já haviam passado de Cr\$ 35,5 trilhões para Cr\$ 44 trilhões durante a negociação do mês passado com a missão do FMI em Brasília: agora, ficou combinado que até o final deste mês o Brasil poderá registrar no máximo um déficit público nominal de Cr\$ 44,5 trilhões, de acordo com os números revelados pelo ministro da Fazenda. Quanto ao chamado déficit público operacional, que exclui o impacto das correções monetária e cambial, houve revisão apenas na meta do terceiro trimestre.

Os números acertados ontem entre o chefe do departamento econômico do Banco Central, Silvio Rodrigues Alves, e a chefe-adjunta da divisão do Atlântico do FMI, Ana Maria Jul, indicam que o setor público terá que apresentar no final deste terceiro trimestre um superávit operacional de Cr\$ 1 trilhão e 100 bilhões, quando a pro-

messagem anterior era de um superávit de apenas Cr\$ 700 bilhões, que corresponderia a cerca de 0,2 por cento do PIB. O superávit operacional nas contas do setor público, até dezembro permanecerá em Cr\$ 2 trilhões e 100 bilhões que correspondem a 0,8% do PIB de 1984.

As demais metas do programa de ajustamento econômico combinadas com o FMI ficaram inalteradas em relação ao que havia sido acertado no mês passado com a missão daquele organismo, tanto na área externa da economia (nível de endividamento e reservas internacionais) como no setor interno. Com isso, o Governo mantém a promessa de baixar a expansão da base monetária (emissão primária de moeda) e dos meios de pagamento (papel-moeda em poder do público mais depósitos à vista nos bancos) para apenas 95 por cento, utilizando para isso a emissão adicional de títulos públicos aprovada na última reunião do Conselho Monetário Nacional.